

Ata N.º	05/2018
Livro N.º	Folha N.º
38	

**REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL**  
**ATA N.º 05/2018 DE 16 DE MARÇO**

Aos **dezassex** dias do mês de **março** do ano de **dois mil e dezoito**, nesta vila sede do Município de Vila Nova de Paiva, no Salão Nobre dos Paços do Município, realizou-se a quinta reunião camarária do ano em curso, de natureza ordinária, não pública, sob a presidência do Sr. Dr. José Morgado Ribeiro, na qualidade de Presidente da Câmara, estando presente toda a Vereação, Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Delfina Maria Fonseca Gomes, Vereadora a Tempo Inteiro e Vice-Presidente da Câmara, Sr. José Augusto Calçada Ferreira, Vereador a Tempo Inteiro, e Srs. Manuel Marques Custódio e Dr. Hugo Filipe Afonso Trindade, Vereadores em regime de não permanência. -----

----- A reunião foi secretariada por mim, Dr. José Manuel Amado Magalhães, Chefe da Divisão de Administração e Finanças em regime de comissão de serviço, indigitado verbalmente para o efeito pelo Sr. Presidente da Câmara, coadjuvado pela Coordenadora Técnica Sr.<sup>a</sup> Regina Almeida Ramos. -----

----- E sendo a hora designada para início dos trabalhos, eram dez horas e trinta cinco minutos, e verificando-se haver quórum para funcionamento do Executivo e tendo todos os membros ocupado os seus lugares, o Sr. Presidente declarou aberta a reunião.

----- **Período “Antes da Ordem do Dia”** -----

----- Antes de se iniciar a ordem do dia foram abordados os seguintes assuntos: -----

----- **a) Gestão de combustível nas faixas secundárias de gestão de combustível. -**

----- O Sr. Presidente informou que foi publicado o Decreto-Lei n.º 19-A/2018, de 15 de março, que adapta o regime contraordenacional aplicável à gestão das faixas secundárias de gestão de combustível, ficando sem efeito os autos de contraordenação levantados no ano de 2018 até 31 de maio, e que na prática alarga até esta data o prazo de limpeza das faixas de gestão de combustível nos termos previstos na Lei do Orçamento do Estado para 2018. -----

----- A este propósito o Sr. Vereador Manuel Custódio manifestou que há uma questão que considera fundamental que não foi equacionada em todo este processo, que é a questão do emparcelamento das terras, face ao minifúndio característico das regiões do Centro e Norte do País. O Sr. Presidente referiu que tem que se começar pelo cadastro. O emparcelamento de terras é um problema cultural. O Sr. Vereador José Calçada lembrou ainda que as ZIF (Zonas de Intervenção Florestal) cofinanciadas pelos fundos comunitários pretenderam de alguma maneira permitir o emparcelamento de terras, mesmo que informal. -----

----- **b) Vereador em regime de não permanência – Participação nas reuniões camarárias – Deslocação do seu domicílio – Direito a ajudas de custo e subsídio de transporte.** -----

----- O Sr. Presidente informou que no dia 14 de março foi recebido o Parecer Jurídico n.º 79/2018 da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR) do Centro, relativo às questões colocadas acerca do direito ao subsídio de transporte suscitado pelo Sr. Vereador Manuel Custódio, e que foi remetido aos serviços administrativos para análise e de que oportunamente lhe será dado conhecimento. -----

----- **c) Rede de Saneamento da Queiriga, no Lugar de Porto Bom.** -----

----- O Sr. Vereador Manuel Custódio pediu a atenção do Sr. Presidente para o facto de no Lugar de Porto Bom, na povoação e freguesia de Queiriga, haver um “mar” de água que jorra abundantemente da rede de saneamento, por força das chuvas que se têm feito sentir nos últimos dias. Questiona se não seria possível resolver o problema.

----- O Sr. Presidente informou que iria mandar efetuar uma vistoria técnica ao local para averiguar a situação. -----

----- **d) Bolsa de Turismo de Lisboa (BTL) que decorreu entre 28 de fevereiro e 4 de março de 2018.** -----

----- O Sr. Vereador Manuel Custódio lamentou o facto do Município de Vila Nova de Paiva não ter estado representado na Bolsa de Turismo de Lisboa (BTL), já que é uma montra importante para dar a conhecer os recursos do concelho, no que foi secundado pelo Sr. Vereador Hugo Trindade, tendo este questionado por que razão o Município não esteve presente na BTL. -----

----- O Sr. Presidente informou que o Município não esteve fisicamente presente, mas esteve exposto material alusivo ao concelho. O não ter estado representado deveu-se ao facto das comemorações do feriado municipal de 2 de março terem este ano coincidido com a referida BTL, tendo optado por estar presente nas comemorações do feriado municipal. Mais referiu que houve também muitos outros municípios do distrito que também não estiveram representados na BTL. -----

----- O Sr. Vereador Hugo Trindade referiu ainda que há eventos no Município, como é o caso da Feira do Fumeiro no Touro, que importar divulgar e potenciar, podendo até evoluir-se para outros eventos, porque não uma Feira Alimentar. -----

----- **e) Projeto de intervenção da Rua Padre José Sá Marques, da vila de Vila Nova de Paiva, no âmbito do Plano de Ação para a Regeneração Urbana (PARU) de Vila Nova de Paiva.** -----

Ata N.º	05/2018
Livro N.º	Folha N.º
38	

----- Conforme solicitado pelo Sr. Vereador Manuel Custódio na última reunião camarária, foram prestados esclarecimentos pelo Sr. Presidente e pelo Técnico Superior Sr. Eng. Jorge Brás, em serviço na Divisão Técnica de Obras e Urbanismo (DTOU), chamado à reunião, acerca do projeto de intervenção da Rua Padre José Sá Marques no âmbito do PARU de Vila Nova de Paiva. -----

----- O Sr. Presidente referiu ainda que o projeto vai ser remodelado tendo em vista ligar a Rotunda do Cruzeiro, junto às Fontes, à Rotunda da Igreja, para posterior lançamento do procedimento de formação do contrato para execução da obra. -----

----- **f) Questão da água.** -----

----- O Sr. Vereador Manuel Custódio colocou novamente à consideração do Executivo a questão da água a nível do Município, dado estar a aproximar-se o período de primavera/verão, e não ser porventura admissível que viesse a ocorrer uma situação semelhante à do estio passado, com solução de recurso de transporte de água em cisterna para os depósitos municipais. -----

----- A este propósito o Sr. Presidente informou que estão a ser avaliadas as alternativas existentes, que conduzam ou propiciem o fornecimento de água ao Município em quantidade e em qualidade. A Barragem de Fagilde, no município de Viseu, irá ter uma intervenção mas não é alternativa para o Município, e a designada e pensada Barragem da Maeira, no município de Sátão, já não irá avançar. A solução porventura mais viável poderia ser a adesão ao sistema ligado à Barragem de Balsemão, em Lamego. -----

----- Mais informou o Sr. Presidente que oportunamente serão realizadas reuniões para debater o problema da água, que pode passar pela criação de uma empresa intermunicipal envolvendo alguns dos municípios próximos anteriormente interessados na Barragem da Maeira, com ligação às Águas de Portugal (ADP), S.A.. –

----- **g) Associações – Integração nas atividades municipais.** -----

----- O Sr. Vereador Hugo Trindade manifestou que deveria ser criado um plano global para integrar as associações de direito privado, culturais, recreativas e desportivas, nas atividades municipais, por forma a estimular também os associados a participarem nas iniciativas municipais. -----

----- O Sr. Presidente referiu que por norma as associações têm vindo a ser sempre convidadas para estarem presentes e participarem nos eventos municipais. -----

----- **h) Centro Escolar de Vila Nova de Paiva – Ponto de situação.** -----

----- O Sr. Vereador Hugo Trindade pretendeu ser esclarecido sobre o ponto de situação da execução do Centro Escolar de Vila Nova de Paiva, a executar por remodelação das instalações da atual EB1 e Jardim de Infância de Vila Nova de Paiva.

----- O Sr. Presidente informou que ficaram desertos os dois procedimentos de concurso público lançados na sequência da decisão de contratar da Câmara Municipal, apesar de ter sido aumentado o preço base. No mercado não há neste momento empresas de construção civil suficientes para as obras lançadas a concurso pelos municípios, problema aliás já manifestado por outros presidentes de câmara. Conseguiu-se até reforçar o cofinanciamento da obra em mais cento e quarenta e quatro mil euros, mas a situação está a ser analisada sendo eventualmente de ponderar a remodelação do projeto da obra. -----

#### ----- **ORDEM DO DIA** -----

----- De seguida passou-se então à análise da **Ordem do Dia** oportunamente entregue à Vereação, como segue: -----

----- **Apreciação e votação do texto definitivo da ata da reunião ordinária do dia dezasseis de fevereiro de 2018**, aprovada e assinada em minuta na própria reunião. ---

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar a ata da reunião ordinária do dia dezasseis de fevereiro de 2018. -----

#### ----- **OBRAS PÚBLICAS** -----

##### ----- **Por Empreitada** -----

----- **a) Empreitada de “Remodelação da Estação de Tratamento de Águas Residuais (ETAR) de Vila Nova de Paiva”– Processo n.º 287** – Adjudicatário: Lopes & Irmãos, Lda – Apreciação e votação do Auto de Medição n.º 14 de trabalhos normais, no valor, excluído o IVA, de € 64.777,50 (sessenta e quatro mil, setecentos e setenta e sete euros e cinquenta cêntimos) – Informação n.º A-03/2018, de 28 de fevereiro, da Divisão Técnica de Obras e Urbanismo (DTOU). -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar o auto e autorizar o respetivo pagamento. -----

#### ----- **OBRAS PARTICULARES** -----

##### ----- **Licenciamento de Obras Particulares** -----

----- **a) Fábio Santos Pereira, de Pendilhe** – Pedido de isenção de pagamento de Taxas de Operações Urbanísticas relativas a edifício destinado a alojamento local, sito no Lugar de Eido d’Além, em Pendilhe – Processo n.º 123/2017 - Informação N.º PL-026, de 29 de Janeiro de 2018, da Divisão Técnica de Obras e Urbanismo (DTOU) e Informação do Gabinete Jurídico datada de 23 de Fevereiro de 2018. -----

Ata N.º	05/2018
Livro N.º	Folha N.º
38	

----- **DELIBERAÇÃO:** Após algumas considerações, o Executivo deliberou por unanimidade isentar, na totalidade, o pagamento de taxas de operações urbanísticas, ao abrigo do n.º 12 do art.º 10.º do Regulamento de Taxas Municipais. -----

----- **DELIBERAÇÕES DIVERSAS** -----

----- **a) Artur José Pires de Moraes, de Vila Nova de Paiva** – Por requerimento registado em 5 de Fevereiro de 2018, para efeitos do processo de licenciamento N.º 60/2017 de construção de uma habitação unifamiliar no Lugar de Chourinhos, em Vila Nova de Paiva, propõe a cedência gratuita do espaço pretendido pela Câmara Municipal, concluindo esta as infraestruturas necessárias (rede de águas e de saneamento e arruamento) – Informação N.º 03-JB/17, de 27.09.2017, da Divisão Técnica de Obras e Urbanismo (DTOU) – Estudo de Conjunto da área de Reserva para equipamento urbano conforme proposto no Plano de Urbanização em elaboração. ----

----- **DELIBERAÇÃO:** Após esclarecimentos prestados pelo Sr. Presidente e pelo Técnico Superior Sr. Eng. Jorge Brás em serviço da Divisão Técnica de Obras e Urbanismo (DTOU), chamado à reunião, o Executivo deliberou por unanimidade aprovar o Estudo de Conjunto elaborado pela DTOU. -----

----- **b) Acordo de Mutação Dominial relativo ao Troço da EN 323, entre o Km 90+295 e o Km 90+400, incluindo a obra de arte existente (Ponte sobre o Rio Paiva), na vila de Vila Nova de Paiva** – Proposta do Sr. Presidente da Câmara de aprovação do Acordo para submissão à Assembleia Municipal. -----

----- Foi presente à reunião a proposta do Sr. Presidente da Câmara, datada de 14 de Março, do seguinte teor integral: -----

*“Considerando que:*

*1. Na sequência de proposta da Delegação Regional de Viseu da então EP – Estradas de Portugal, I.P. recebida em 12 de janeiro de 2012, a Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva, por deliberação tomada na sua reunião ordinária realizada no dia 19 de janeiro de 2012, aceitou a transferência do antigo troço da EN 223, entre ao Km 90+345 e o Km 90+400, incluindo a obra de arte ali existente (antiga Ponte sobre o rio Paiva), para integração no domínio público municipal, mediante auto de transferência, ficando contudo tal aceitação dependente de informação a prestar pela EP, I.P. sobre o estado da segurança da ponte para a circulação rodoviária e pedonal, o que foi comunicado àquela Delegação Regional em 20 de janeiro de 2012.*

*2. Em 17 de abril de 2012 a referida Delegação Regional remeteu a esta Câmara Municipal o Relatório de Inventário com a caracterização física da ponte, e solicitou a aprovação formal da minuta do protocolo de transferência.*

3. A Câmara Municipal na sua reunião ordinária que teve lugar no dia 3 de maio de 2012, tomou conhecimento do Relatório e aprovou o clausulado do protocolo, sendo tal facto comunicado à referida Delegação Regional em 5 de junho de 2012, não tendo contudo havido mais desenvolvimentos sobre o assunto, tendo o último contacto ocorrido em 17 de abril de 2012, tendo sido dado conta que por correio eletrónico de 5 de junho de 2012 de que nada havia a opor à celebração do protocolo face ao deliberado pela Câmara Municipal, tendo ainda posteriormente, por correio eletrónico de 15 de dezembro de 2017, sido dado conhecimento da situação ao agora Gestor Regional de Viseu e Coimbra da Infraestruturas de Portugal, IP., na sequência de ofício recebido em 12 de dezembro de 2017.

4. Em resposta ao referido e-mail foi recebido nesta Câmara Municipal, em 6 de março de 2018, o ofício n.º 2233626, de 28 de fevereiro de 2018, do referido Gestor Regional, anexo à presente proposta, dando conta que a transferência de titularidade dos troços de estrada que deixam de pertencer à rede rodoviária nacional se submetem atualmente às disposições do artigo 40.º do Novo Estatuto das Estradas da Rede Rodoviária Nacional aprovado em Anexo à Lei n.º 34/2015, de 27 de abril, alterada pela Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro.

5. Conforme estabelecido no referido Estatuto, quando uma estrada deixar de pertencer, total ou parcialmente, à rede rodoviária nacional para integrar a rede municipal, procede-se à transferência da sua titularidade para o respetivo município (n.º 1 do art.º 40.º), realizando-se a mutação dominial por meio de acordo a celebrar entre a administração rodoviária e o município, com autorização prévia da respetiva assembleia municipal, após aprovação pelo IMT – Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I.P., sujeito a homologação do membro do Governo responsável pela área das infraestruturas rodoviárias (n.º 2 do art.º 40.º).

6. De acordo com o n.º 3 do mesmo art.º 40.º, a formalização da mutação dos bens do domínio público rodoviário, opera a mudança da sua titularidade, ficando a entidade destinatária dos bens investida nos poderes e deveres inerentes a essa titularidade.

Assim, face ao exposto, tenho a honra de propor à Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva, que delibere submeter à autorização da Assembleia Municipal a transferência para o domínio público municipal do Troço da EN 323, entre o Km 90+295 e o Km 90+400, incluindo a obra de arte ali existente (antiga Ponte sobre o Rio Paiva), pertencente à rede rodoviária nacional, e respetiva aprovação do

Ata N.º	05/2018
Livro N.º	Folha N.º
38	

*clausulado do Acordo de Mutação Dominial anexo à presente proposta, ao abrigo do n.º 2 do art.º 40.º do Novo Estatuto das Estradas da Rede Rodoviária Nacional.”*

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar a proposta do Sr. Presidente acima transcrita, a submeter à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal. -----

----- **c) Acordos de Execução de delegação legal de competências nas Freguesias** – Proposta do Sr. Presidente da Câmara para manutenção dos acordos de execução celebrados em 19 de outubro de 2016, para o mandato de 2017/2021, a submeter à Assembleia Municipal. -----

----- Foi presente à reunião a proposta do Sr. Presidente da Câmara, datada de 14 de Março, do seguinte teor integral: -----

*“Considerando que:*

*1. Por deliberação da Assembleia Municipal de Vila Nova de Paiva tomada na sessão ordinária realizada no dia 27 de junho de 2016, sob proposta da Câmara Municipal, ao abrigo da alínea k), do n.º 1, do artigo 25.º do regime jurídico das autarquias locais (doravante RJAL) aprovado no Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi autorizada a delegação legal das competências municipais previstas nas alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo 132.º da mesma lei, nas Freguesias do Município, a exercer durante o mandato autárquico de 2014/2017, a saber:*

- Gerir e assegurar a manutenção de espaços verdes;*
- Assegurar a limpeza das vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros.*

*2. Mais foi deliberado que para o exercício daquelas competências fosse autorizada a atribuição de uma verba anual correspondente a um trimestre do Fundo de Financiamento das Freguesias (FFF) que cabe anualmente a cada freguesia publicado na Lei do Orçamento do Estado, tendo sido autorizada a realização dos encargos plurianuais decorrentes da delegação legal de competências em conformidade com o disposto na alínea c), do n.º 1, do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, alterada e republicada pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março.*

*3. Em 19 de outubro de 2016, após aprovação pelos órgãos autárquicos das freguesias, foram celebrados os respetivos acordos de execução com todas as freguesias do Município, ao abrigo do n.º 1 do artigo 133.º do RJAL.*

*4. Os acordos de execução cessam por caducidade nos termos gerais, designadamente pelo decurso do respetivo período de vigência, considerando-se, contudo, renovado após a instalação da assembleia municipal, independentemente da eventual mudança dos titulares dos órgãos do município e ou da freguesia, a não ser*

*que seja denunciado no prazo de seis meses após aquela instalação (n.ºs 2 e 3 do artigo 129.º e n.ºs 3 e 4 do artigo 134.º do RJAL), mediante autorização da assembleia municipal, sob proposta da câmara municipal (alínea k, do n.º 1, do artigo 25.º, alínea m), do n.º 1, do artigo 33.º e n.º 4 do artigo 134.º do RJAL). A denúncia é a faculdade de fazer cessar a relação contratual, não se exigindo para o efeito uma justa causa ou um motivo particular.*

*5. De acordo com a cláusula 3.ª dos Acordos de Execução celebrados, estes, findo o período de vigências consideram-se automaticamente renovados, nos mesmos termos, se nenhuma das partes promover a sua denúncia no prazo de seis meses após a instalação da Assembleia Municipal.*

*Face ao exposto, tenho a honra de propor à Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva que, sem prejuízo das disposições do RJAL referidas no n.º 4, delibere propor à Assembleia Municipal a manutenção, para o mandato autárquico de 2017/2021, dos acordos de execução celebrados em 19 de outubro de 2016 com as Freguesias do Município.”*

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar a proposta do Sr. Presidente acima transcrita, a submeter à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal. -----

----- **d) Grupo Folclórico e Etnográfico de Vila Cova à Coelheira** – Por ofício registado em 15 de fevereiro de 2018, solicitam apoio financeiro para fazer face às despesas com o Festival de Folclore, realizado no passado mês de setembro de 2017. --

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade autorizar a atribuição de um subsídio no montante de mil duzentos e cinquenta euros, dada a tradição do evento na Freguesia, a processar até ao final do corrente mês. -----

----- **APROVAÇÃO EM MINUTA** -----

----- A presente ata foi aprovada em minuta na própria reunião, por unanimidade, sob proposta verbal do Sr. Presidente, nos termos do que dispõe o n.º 3 do art.º 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, e foi assinada pelos membros que a aprovaram. -----

----- **ENCERRAMENTO** -----

----- E não havendo outros assuntos a tratar, o Sr. Presidente declarou encerrada a reunião, eram doze horas e quinze minutos, pelo que de tudo, para constar, se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, foi rubricada e assinada pelo Sr. Presidente e por mim que a secretariei. -----



Reunião ordinária de 16 de março de 2018

Ata N.º	<b>05/2018</b>
Livro N.º	Folha N.º
<b>38</b>	

[illegible]